

Hospital de Santa Maria: pelo funcionamento imediato, com concursados

A Justiça brasileira suspendeu em 20 de abril o contrato de gestão assinado pelo GDF e a Real Sociedade Espanhola de Beneficência para administração do Hospital de Santa Maria. Como a deputada distrital Erika Kokay (PT-DF) tem denunciado incansavelmente, o juiz Donizete Aparecido da Silva, da 8ª Vara de Fazenda Pública, concluiu que o contrato é inconstitucional por repassar à iniciativa privada a gestão de atendimento à saúde – um dever do Estado – e por ter sido assinado sem licitação.

A decisão foi dada em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público local e tem caráter liminar. Ou seja, suspende imediatamente o contrato de gestão e a inauguração do hospital, em 23 de abril, sob administração da Real Sociedade Espanhola. A decisão proíbe ainda o repasse de qualquer recurso público para a execução do contrato, sob pena de multa diária correspondente a 10% do total pago. Se a decisão for descumprida sem repasses financeiros, a multa será de R\$ 10 mil.

Para Erika Kokay, a decisão judicial impede o esfacelamento do Sistema Público de Saúde e a migração de recursos públicos, sem qualquer tipo de controle e de forma absolutamente irregular, à iniciativa privada. O GDF gastou cerca de R\$ 180 milhões para construir e equipar o hospital, que está fechado há quase um ano. O contrato foi assinado sem licitação, sem parecer da Procuradoria Geral do DF e sem que a Real

Sociedade Espanhola comprovasse sua idoneidade financeira. Mesmo assim, pelo convênio, a organização social receberia R\$ 222 milhões para administrar a unidade de saúde durante dois anos – R\$ 4.950.000 já foram pagos com o hospital fechado.

Desde o início, a deputada distrital tem alertado que a Justiça vem se posicionando contra a terceirização da Saúde em todo o país. “Mesmo assim, o GDF escolheu o caminho mais tortuoso, o caminho da ilegalidade, insistindo em repassar o hospital à iniciativa privada, que o inauguraria apenas com atendimento ambulatorial para pessoas com encaminhamento médico”, lembrou Erika Kokay, informando que esse tipo de atendimento corresponde a 10% da capacidade total da unidade.

A deputada está empenhada agora na abertura imediata do Hospital de Santa Maria, como uma unidade pública de saúde e com atendimento universal. “A decisão da Justiça não impede que o hospital comece a funcionar imediatamente, dentro da legalidade, com a Secretaria de Saúde assumindo sua gestão e contratando candidatos já aprovados em concursos públicos”, pondera a parlamentar. Cerca de 4 mil concursados, de diversas áreas da Saúde, aguardam convocação para assumirem seus postos de trabalho. “O GDF só não coloca esse hospital para funcionar se não quiser. O povo de Brasília merece respeito!”.

